

NOTA DE CRÉDITO RURAL (Decreto-Lei nº 167/1967)

Documentos necessários:

- ◆ Vias originais da Nota de Crédito Rural, contendo a assinatura do emitente ou de representante com poderes especiais, admitida a assinatura sob a forma eletrônica, desde que garantida a identificação inequívoca de seu signatário. (Decreto-Lei nº 167/1967, artigo 27 e seguinte c/c Lei nº 13.986/2020)
- ◆ Orçamento do crédito, assinado pelo financiado e autenticado pelo financiador, na hipótese em que a Nota de Crédito faça menção expressa que a ela ficará vinculado. (Decreto-Lei nº 167/1967, artigo 3º, parágrafo único c/c artigo 27 e seguinte)
- ◆ Se o emitente for pessoa jurídica, apresentar:
 - a) Certidão Simplificada, atualizada em até 30 (trinta) dias, expedida pela Junta Comercial competente. (Decreto-Lei nº 167/1967, artigo 27 e seguinte c/c Lei nº 13.986/2020 c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 506 c/c artigo 502, § 2º, II, “d”)
 - b) Fotocópias do Contrato Social e demais alterações contratuais, se houver, inclusive o último arquivamento na Junta Comercial. (Decreto-Lei nº 167/1967, artigo 27 e seguinte c/c Lei nº 13.986/2020 c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 506)
 - c) Fotocópias autenticadas dos Instrumentos de Procuração (se for o caso). (Decreto-Lei nº 167/1967, artigo 27 e seguinte c/c Lei nº 13.986/2020 c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 506)

Importante ressaltar que, dependendo da análise técnica-jurídica do pedido ou de eventuais alterações legislativas, poderá ser necessária a complementação de documentos. Portanto, a presente listagem servirá como auxílio preliminar da documentação mínima, podendo não ser definitiva.